PUBLICIDADE LEGAL

MJM PRODUTOS FARMACÊUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO S.A.

CNPJ nº 04.891.262/0001-44 - NIRE 43300070841

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 05/02/2026, às 10 horas, por meio de vídeo conferência, na forma autorizada pelo Artigo 8º, §4º, do Estatuto Social da MJM Produtos Farmacêuticos e de Radioproteção S.A., situada na cidade de Porto Alegre/RS, na Avenida Ipiranga, nº 6681, prédio 93, unidade 101, CEP 90.619-900 ("Cia."). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Cia.. **3. Mesa:** Presidente: Marcos Aurélio Faccioli; Secretária: Larissa Schmitt Leal Lima **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Cia., tendo em vista o encerramento do atual mandato em 22/02/2026. **5. Deliberações:** Após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações: **5.1.** Aprovar a reeleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Cia., com mandato unificado de 2 anos a contar de 23/02/2026: **a) Marcos Aurélio Faccioli**, brasileiro, casado, bacharel em ciências da computação, RG nº 24192241-0, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 172.735.168-13, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Alameda Santos nº 905, conjuntos 11 e 12, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP 01.419-001, reeleito para o cargo de Diretor Presidente; **b) Roberto de Souza Vieira**, brasileiro, casado, farmacêutico, RG nº 42900466-7, expedida pelo SSP/SP, e CPF nº 368.532.668-62, residente e domiciliado na cidade de São José do Rio Preto/SP, com endereço comercial na Avenida José Abbas Casseb, nº 376, Bairro Distrito Industrial Doutor Ulysses da Silveira Guimarães, São José do Rio Preto/SP, CEP 15.092-606, reeleito para o cargo de Diretor Vice-Presidente; e **c) Rafael Ribeiro Madke**, brasileiro, casado, farmacêutico, RG nº 4054453123, expedida pela SSP/RS, e CPF nº 772.546.860-91, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS, com endereço comercial na Av. Ipiranga nº 6681, prédio 93, sala 201, TECNOPUC, Porto Alegre/RS, CEP 90619-900, reeleito para o cargo de Diretor sem designação específica. Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante a assinatura do Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, por meio do qual declaram, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos legais, (i) que estão aptos a exercer o cargo para o qual foram eleitos, não estando impedidos de exercer a administração da Cia. em virtude de lei especial, ou de condenação à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (ii) que atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do Artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (iii) que não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Cia. e não têm, nem representam interesse conflitante com o da Cia., na forma dos incisos I e II do §3º do Artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (iv) indicaram, para os fins do Artigo 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, que receberão eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço da sede da Cia.; e (v) se comprometeram a observar todas as regras internas da Cia., incluindo o Estatuto Social da Cia. e as disposições de acordos parassociais a ela aplicáveis, declarando conhecimento e expressa concordância com o mecanismo de solução de disputas ali previstos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a ata em livro próprio, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa** - Marcos Aurélio Faccioli (Presidente) e Larissa Schmitt Leal Lima (Secretária); **Acionista única -** R2PHARMA S.A. Porto Alegre, 05/02/2026. **JUCISRS** nº 11639025 em sessão de 03/03/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário Geral.

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ 10.397.031/0001-81 | NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar
Porto Alegre/RS

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Bem Promotora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Foco de Atuação - A Companhia atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, com foco na recepção, análise, processamento e encaminhamento de propostas de crédito, coleta de informações cadastrais e de documentos, retenção de clientes e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 4.935 emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de julho de 2021. No exercício de 2025, a Companhia manteve o foco na intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, por meio de sua rede de lojas físicas e do substabelecimento de correspondentes em todo o território nacional. Adicionalmente, a Companhia manteve a prestação de serviços na área de tecnologia e sua atuação no mercado de corretagem de seguros por meio da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.

Estrutura Operacional - Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia possui 10 lojas físicas e 263 colaboradores atuando em áreas comerciais, operacionais, administrativas e de tecnologia, além de contar com uma rede de 325 correspondentes substabelecidos em todo o País. Em 2025, a estrutura de lojas foi reduzida de 29 para 10 unidades como parte de uma reavaliação estratégica, mantendo o foco no atendimento regionalizado e de excelência aos clientes. Neste mesmo período, a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

Desempenho dos Negócios - Em parceria com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul ("Banrisul"), a Companhia manteve as operações de crédito consignado em 6 convênios, bem como as operações de antecipação do saque aniversário do FGTS, todas contratadas através do BemSign, solução para contratação digital com assinatura eletrônica e orquestração de serviços antifraude desenvolvida pela Bem Promotora, e que desde 2023 faz parte do rol de serviços oferecidos pela Companhia. Através da subsidiária Bem Corretora de Seguros, a Companhia manteve ainda a disponibilização de produtos na linha de seguros de vida e acidentes pessoais. Nos últimos 12 meses, foram processadas 791 mil propostas de crédito consignado (1,1 milhão em 2024), totalizando R$ 12,01 bilhões em intenções de contratação (R$ 17,93 bilhões em 2024). Desse volume, 296 mil contratos foram efetivados (434 mil em 2024), correspondendo ao financiamento de R$ 3,81 bilhões em operações de crédito consignado (R$ 6,24 bilhões em 2024). Do total de operações efetivadas pela Companhia, aproximadamente 80% correspondem a operações de crédito consignado em convênio com o INSS. Em 2025, o convênio implementou diversas regras com o intuito de mitigar riscos envolvendo fraude nos descontos realizados na folha de pagamento de aposentados e pensionistas. Estas regras, impactaram todo o mercado de crédito consignado, refletindo na redução do volume de operações de crédito efetivadas pela companhia em comparação ao realizado em 2024. Além das novas regras operacionais impostas pelo INSS, o nível da taxa SELIC no decorrer do exercício desincentivou a originação de operações de crédito com taxas inferiores a taxa teto do convênio, impactando diretamente no volume de financiamento de operações.

Desempenho Operacional - Em 2025, a receita operacional líquida da prestação de serviços atingiu o montante de R$ 137,2 milhões (R$ 147,9 milhões em 2024). A redução da quantidade de lojas físicas impactou na redução das receitas de comissão de intermediação em 29,3%. Contudo, a redução da receita operacional líquida está relacionada, principalmente, com a receita de gestão da produção que reduziu 7,2% em comparativo com ano anterior, decorrente da redução do saldo contábil da carteira de crédito consignado sob gestão da Companhia, o que forma a base de cálculo desta receita. Os custos e despesas operacionais totalizaram R$ 123,7 milhões (R$ 124,1 milhões em 2024), representando 90% da receita operacional líquida acumulada no exercício (84% em 2024). Em conjunto, o custo dos serviços prestados e as despesas gerais e administrativas reduziram 9,25% em comparativo com o ano anterior, reflexo das reestruturações realizadas pela Administração no decorrer do exercício. Contudo, o efeito desta redução de despesas foi praticamente anulado pelo aumento nos prejuízos com valores a receber de correspondentes. O saldo de caixa somado as aplicações financeiras somam em 31 de dezembro o montante de R$ 42,3 milhões, o que representa um crescimento de 12,9% em relação aos saldos de 31 de dezembro do ano anterior. Este montante proporciona o equilíbrio dos índices de liquidez da Companhia, bem como o enquadramento à política interna de caixa mínimo estabelecida pela Administração. O lucro líquido acumulado no exercício foi de R$ 17,5 milhões (R$ 21,2 milhões em 2024), refletindo numa margem operacional líquida de 12,6% (14,2% em 2024).

Governança Corporativa - A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

Relacionamento com os Auditores Independentes - A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes. A Deloitte é a empresa contratada para os serviços de auditoria externa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, prestando exclusivamente os serviços para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente podem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho.

Agradecimento - Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos Acionistas, Parceiros e Colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.
A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		**1.198**	1.960	**1.412**	2.139
Aplicações financeiras	4	**41.077**	35.488	**42.857**	36.857
Contas a receber		**7**	15	**31**	68
Impostos a compensar	5	**8.397**	4.692	**8.456**	4.730
Valores a receber correspondentes	6 a	**2.568**	944	**2.568**	944
Valores a receber de partes relacionadas	15.1	**303**	539	**70**	401
Outros créditos		**143**	335	**143**	335
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	**2.693**	1.852	**2.693**	1.852
Depósitos em garantia		**18**	37	**18**	37
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	11	**1.708**	1.313	**1.708**	1.313
Despesas antecipadas		**2.525**	3.156	**2.525**	3.159
Total do ativo circulante		**60.637**	50.331	**62.481**	51.835
Não circulante					
Ativo fiscal diferido	10.1	**23.208**	19.967	**23.208**	19.967
Depósitos em garantia		**-**	37	**-**	37
Depósitos judiciais trabalhistas	11 a	**1.037**	1.496	**1.037**	1.496
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	**2.529**	5.074	**2.529**	5.074
Despesas antecipadas		**26**	31	**26**	31
Investimentos	7	**1.808**	1.465	**-**	-
Imobilizado	8	**3.358**	6.132	**3.358**	6.132
Intangível	8	**10.212**	12.928	**10.218**	12.934
Direitos de uso		**813**	1.968	**813**	1.968
Total do ativo não circulante		**42.991**	49.098	**41.189**	47.639
Total do ativo		**103.628**	99.429	**103.670**	99.474

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Obrigações trabalhistas		**4.763**	4.250	**4.763**	4.257
Obrigações fiscais e previdenciárias	9	**3.857**	4.394	**3.890**	4.429
Obrigações com fornecedores	16.2	**2.332**	2.771	**2.341**	2.774
Obrigações com partes relacionadas	15.1	**17**	42	**17**	42
Provisão para indenizações contratuais	15.2	**13.745**	13.663	**13.745**	13.663
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11	**1.167**	1.630	**1.167**	1.630
Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	**1.305**	1.852	**1.305**	1.852
Passivo e encargos de arrendamento	16.2	**721**	1.172	**721**	1.172
Dividendos a pagar	12.2	**6.538**	-	**6.538**	-
Total do passivo circulante		**34.445**	29.774	**34.487**	29.819
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11	**5.669**	3.985	**5.669**	3.985
Dividendos a pagar	12.2	**5.000**	-	**5.000**	-
Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	**2.241**	3.465	**2.241**	3.465
Passivo e encargos de arrendamento	16.2	**124**	880	**124**	880
Total do passivo não circulante		**13.034**	8.330	**13.034**	8.330
Total do passivo		**47.479**	38.104	**47.521**	38.149
Patrimônio líquido	**12**				
Capital social		**26.097**	26.097	**26.097**	26.097
Reserva legal		**5.219**	5.219	**5.219**	5.219
Reserva para investimentos		**10.013**	14.728	**10.013**	14.728
Reserva para contingências		**5.039**	6.085	**5.039**	6.085
Lucros à disposição da Assembleia Geral		**9.781**	9.196	**9.781**	9.196
Total do patrimônio líquido		**56.149**	61.325	**56.149**	61.325
Total do passivo e do patrimônio líquido		**103.628**	99.429	**103.670**	99.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado e do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	13	**137.214**	147.892	**138.516**	148.865
Custo dos serviços prestados	14	**(39.353)**	(43.555)	**(39.393)**	(43.569)
Lucro bruto		**97.861**	104.337	**99.123**	105.296
(Despesas) Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	**(51.158)**	(56.184)	**(51.497)**	(56.626)
Impairment de ativos financeiros	14	**(6.718)**	(6.083)	**(6.718)**	(6.083)
Impairment de ativo imobilizado	14	**(768)**	-	**(768)**	-
Resultado de participação em controladas	7	**940**	525	**-**	-
Outras receitas (despesas) operacionais	14	**(25.699)**	(18.264)	**(25.699)**	(18.252)
		(83.403)	(80.006)	**(84.682)**	(80.961)
Lucro antes do resultado financeiro		**14.458**	24.331	**14.441**	24.335
Receitas financeiras		**7.224**	5.790	**7.443**	5.921
Despesas financeiras		**(189)**	(249)	**(189)**	(250)
Resultado financeiro		**7.035**	5.541	**7.254**	5.671
Resultado operacional antes dos impostos		**21.493**	29.872	**21.695**	30.006
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10.3	**(4.021)**	(8.676)	**(4.223)**	(8.810)
Imposto de renda e contribuição social correntes		**(7.262)**	(10.685)	**(7.464)**	(10.819)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**3.241**	2.009	**3.241**	2.009
Lucro líquido do exercício		**17.472**	21.196	**17.472**	21.196
Quantidade de ações (em lote de mil)		**2.246**	2.246	**2.246**	2.246
Lucro líquido por ação (em R$)		**7,78**	9,44	**7,78**	9,44
Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores		**17.472**	21.196	**17.472**	21.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para Investimentos	Reservas de Lucros: Lucros à Reserva para Contingências	Reservas de Lucros: Disposição da Assembleia Geral	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**26.097**	**5.219**	**10.156**	**4.852**	**20.205**	**-**	**66.529**
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(14.400)	-	(14.400)
Constituição de reserva para investimentos	-	-	4.572	-	(4.572)	-	-
Constituição de reserva para contingências	-	-	-	1.233	(1.233)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.196	21.196
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	9.196	(9.196)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**26.097**	**5.219**	**14.728**	**6.085**	**9.196**	**-**	**61.325**
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	(4.957)	-	(4.957)
Transferência de valores entre reservas (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	1.046	(1.046)	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	4.239	-	(4.239)	-	-
Dividendos provisionados à conta das reservas de lucros para investimentos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.472	17.472
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos intermediários pagos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	-	(6.153)	(6.153)
Dividendos provisionados (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	9.781	(9.781)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**26.097**	**5.219**	**10.013**	**5.039**	**9.781**	**-**	**56.149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Atividades operacionais				
Resultado operacional antes dos impostos	**21.493**	29.872	**21.695**	30.006
Ajustes ao resultado operacional antes dos impostos	**25.472**	20.880	**26.412**	21.406
Depreciação e amortização	**8.858**	9.661	**8.858**	9.661
Resultado da participação em sociedade controlada	**(940)**	(525)	**-**	-
Provisão *Impairment* de ativos financeiros	**6.718**	6.083	**6.718**	6.083
Provisão/(Reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	**1.221**	(1.047)	**1.221**	(1.047)
Provisão para indenizações contratuais	**7.962**	6.715	**7.962**	6.715
Impairment de ativo imobilizado	**768**	-	**768**	-
Perdas na alienação e baixa de ativos imobilizados e intangíveis	**910**	30	**910**	30
Ganho de capital em imobilizado e intangível	**(8)**	(5)	**(8)**	(5)
Outras receitas operacionais	**(17)**	(32)	**(17)**	(31)
Variações nos ativos e passivos	**(32.088)**	(16.350)	**(32.696)**	(16.727)
(Aumento)/Redução em aplicações financeiras	**(5.634)**	11.029	**(6.045)**	10.810
Redução/(Aumento) em contas a receber	**8**	(10)	**37**	(47)
Aumento em impostos a compensar	**(3.653)**	(4.319)	**(3.674)**	(4.330)
Redução em depósitos em garantia	**120**	1.620	**120**	1.620
Aumento em valores a receber correspondentes e outros créditos	**(6.446)**	(4.757)	**(6.446)**	(4.757)
Redução em despesas antecipadas	**636**	81	**639**	94
Redução em obrigações com fornecedores	**(439)**	(1.499)	**(433)**	(1.499)
(Redução)/Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	**(537)**	119	**(591)**	82
Redução em obrigações trabalhistas	**(1.258)**	(4.033)	**(1.265)**	(4.048)
Aumento/(Redução) em obrigações partes relacionadas	**309**	(366)	**306**	(348)
Pagamento de indenizações contratuais	**(7.880)**	(5.269)	**(7.880)**	(5.269)
Imposto de renda e contribuição social correntes pagos	**(7.314)**	(8.946)	**(7.464)**	(9.035)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**14.877**	34.402	**15.411**	34.685
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos de sociedade controlada	**499**	245	**-**	-
Aquisição de imobilizado	**(260)**	(1.055)	**(260)**	(1.055)
Aquisição de intangível	**(3.431)**	(6.250)	**(3.431)**	(6.256)
Venda de imobilizado e intangível	**8**	5	**8**	5
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(3.184)**	(7.055)	**(3.683)**	(7.306)
Atividades de financiamento				
Arrendamento de direitos de uso - pagamentos	**(1.345)**	(1.538)	**(1.345)**	(1.538)
Dividendos pagos	**(11.110)**	(26.400)	**(11.110)**	(26.400)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(12.455)**	(27.938)	**(12.455)**	(27.938)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(762)**	(591)	**(727)**	(559)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.960**	2.551	**2.139**	2.698
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.198**	1.960	**1.412**	2.139
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(762)**	(591)	**(727)**	(559)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia") atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, com foco na recepção, análise, processamento e encaminhamento de propostas de crédito, coleta de informações cadastrais e de documentos, retenção de clientes e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 4.935 emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de julho de 2021. A Companhia é controlada pelos acionistas AMCM Participações Ltda. e RSR Participações Societárias Ltda. Em 2025, a Companhia manteve o foco na intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados ao seu acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), por meio de sua rede de lojas físicas e do substabelecimento de correspondentes em todo o território nacional. Adicionalmente, a Companhia manteve a prestação de serviços na área de tecnologia e sua atuação no mercado de corretagem de seguros por meio da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 27 de fevereiro de 2026. As práticas contábeis adotadas pela Companhia no ano de 2025 estão consistentes com as práticas contábeis adotadas no ano de 2024.

2.2 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: a) Normas novas e interpretações em vigor no exercício corrente: A partir de 1º de janeiro de 2025, a norma abaixo passou a vigorar. Contudo, a Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes das alterações introduzidas por essa norma na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 02/ IAS 21	Falta de Conversibilidade

b) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2026. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 26 (R1)/IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Com exceção as alterações realizadas e ainda não vigentes no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras em períodos futuros.**2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados ao milhar mais próximo, salvo indicação contrária. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diferentes critérios de avaliação aplicados às estimativas contábeis. Essas estimativas consideram tanto fatores objetivos quanto subjetivos, fundamentando-se no julgamento da Administração para determinar os valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Entre os principais elementos sujeitos a tais estimativas e premissas estão: a definição das vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis e sua recuperabilidade nas operações; a realização de créditos tributários; e a avaliação de riscos para a constituição de provisões para perdas de crédito esperadas e passivos contingentes. A liquidação de transações relacionadas a essas estimativas pode gerar valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras, em virtude da natureza probabilística inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano. **2.6 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 5 – Provisão para não realização de incentivos fiscais: aprovação dos projetos elegíveis ao benefício da Lei nº 11.196/05 (Lei do Bem), por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; • Nota Explicativa nº 6 - Provisão para perda no recebimento de créditos: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas; • Nota Explicativa nº 8 – Imobilizado e Intangível: vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis; • Nota Explicativa nº 10 - Ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; • Nota Explicativa nº 11 - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota Explicativa nº 15.2 - Provisão para indenizações contratuais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas. **2.7 Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre ela. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. ("Controlada"). Na consolidação das demonstrações financeiras, os saldos e transações *intercompany* e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany* são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado juntamente com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente conversíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo. **3.2 Instrumentos financeiros - *Reconhecimento inicial e mensuração -*** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente, saldos de aplicações financeiras e valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6 a). Esses ativos foram classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores, passivos e encargos de arrendamento e provisões para indenizações contratuais. ***Mensuração subsequente -*** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. ***Classificação -*** A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (b) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. ***Custo amortizado -*** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples cujo objetivo é de reconhecer apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente, com base na taxa de juros efetiva. ***Valor justo por meio do resultado -*** Todos os ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido. ***Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros -*** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houveram aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **3.3 Provisão para perdas de crédito esperadas:** As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos (Nota Explicativa nº 16.1). **3.4 Despesas antecipadas:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência. Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de software. **3.5 Investimentos:** A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia. **3.6 Imobilizado e intangível:** Os móveis, utensílios e equipamentos são apresentados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada ativo, de forma que o custo, após deduzido o valor residual, seja totalmente amortizado ao final de sua vida útil. Os *softwares* de propriedade da Companhia são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, também deduzidos da amortização acumulada e de possíveis perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização segue o método linear, com base na vida útil estimada de cada ativo, garantindo a baixa integral do custo residual ao final de sua vida útil. As vidas úteis estimadas, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados anualmente por ocasião da elaboração do balanço patrimonial. Quaisquer alterações nas estimativas são contabilizadas prospectivamente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8. Os ativos imobilizados e intangíveis passam a ser depreciados ou amortizados, respectivamente, a partir do momento em que são colocados em uso. Esses ativos são baixados quando alienados ou quando deixam de gerar benefícios econômicos futuros. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes da venda ou baixa de ativos imobilizados ou intangíveis são reconhecidos no resultado do período e correspondem à diferença entre o valor recebido na transação e o valor contábil do ativo. **3.7 Bens de direito de uso – CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** Os ativos registrados como bens de direito de uso estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguéis que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios administrativos e lojas que integram a rede comercial. Estes valores afetam o resultado à medida que são depreciados, normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato, salvo nos casos de contrato com prazo indeterminado, onde foi definido pela Administração o período de 60 (sessenta) meses, tendo como base o histórico de permanência nos imóveis. **3.8 Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado. **3.9 Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 10). ***Tributos correntes*** - Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real. ***Tributos diferidos -*** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, se houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. ***Imposto de renda e contribuição social - Controlada -*** O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistemática regulamentada pelos art. 587 a 594 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais. **3.10 Contribuições ao PIS e à COFINS:** A Companhia apura as contribuições para o PIS e a COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS. As contribuições ao PIS e à COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%. **3.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais:** Em conformidade

continua >>>

BemPromotora

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A. - CNPJ 10.397.031/0001-81 | NIRE 43300054985 Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar - Porto Alegre/RS

>>> continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais)

com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando trânsito em julgado no montante de R$ 2.190 em 2025 (R$ 1.927 em 2024). **3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. **3.13 Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente as comissões sobre originação de operações de crédito, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros e serviços de tecnologia. ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3.14 Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados é composto por gastos com pessoal e demais insumos diretamente relacionados aos serviços prestados pela companhia. **3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **3.16 Resultado por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito dilutivo potencial nas ações ou instrumentos de conversão. **3.17 Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. *Estrutura do gerenciamento de risco* - A Companhia adota políticas de gerenciamento de risco com o objetivo de identificar e analisar os riscos inerentes às suas operações, estabelecer limites e controles adequados, bem como monitorar continuamente sua exposição e conformidade com esses parâmetros. Essas diretrizes e sistemas de gestão são revisados periodicamente para garantir que refletam as mudanças nas condições do mercado e na evolução das atividades empresariais. Por meio de normas, programas de treinamento e práticas de gestão, a Companhia busca fomentar um ambiente de controle disciplinado e proativo, assegurando que todos os colaboradores compreendam claramente suas funções e responsabilidades no processo de mitigação de riscos. O Conselho de Administração exerce a supervisão das políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos, acompanhando sua implementação e revisando a adequação da estrutura vigente, de modo a garantir sua eficácia diante dos desafios enfrentados pela Companhia. *a. Risco de crédito* - O risco de crédito refere-se à possibilidade de prejuízo financeiro para a Companhia decorrente da inadimplência de clientes ou contrapartes em instrumentos financeiros, que deixam de cumprir suas obrigações contratuais. Essa exposição ocorre principalmente em relação aos valores a receber de correspondentes. *b. Risco de liquidez* - Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. *c. Risco de mercado* - Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Em relação ao *impairment*, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4. Aplicações financeiras

Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – (CDB), remunerados às taxas de 100,5% a 108,0% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato. Essas aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de *rating Fitch Ratings*:

			Controladora		Consolidado	
Instituição	**Agência**	**Classificação de Risco**	**2025**	2024	**2025**	2024
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	*Fitch Ratings*	AA+ (bra)	**15.280**	9.241	**16.107**	9.770
Banco XP S.A.	*Fitch Ratings*	AAA (bra)	**25.127**	25.656	**25.127**	25.656
Itaú S.A.	*Fitch Ratings*	AAA (bra)	**670**	591	**1.623**	1.431
			41.077	35.488	**42.857**	36.857

5. Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	**2025**	2024
IR/CSLL retidos na fonte	**50**	191	**107**	226
IR/CSLL a recuperar do exercício corrente	**4.458**	3.491	**4.458**	3.491
IR/CSLL a recuperar de exercícios anteriores	**10.304**	7.781	**10.304**	7.781
IR a compensar - pagamento a maior (a)	**-**	1.233	**-**	1.233
(-) Provisão para não realização de incentivos fiscais IR/CSLL (b)	**(7.624)**	(9.282)	**(7.624)**	(9.282)
PIS e COFINS de créditos tributários	**171**	140	**171**	140
PIS e COFINS retidos na fonte	**424**	469	**424**	469
ISSQN retido na fonte	**613**	667	**615**	670
ISSQN a recuperar	**1**	2	**1**	2
Total	**8.397**	4.692	**8.456**	4.730

(a) A Companhia entrou com o Mandado de Segurança nº 5049920-74.2022.4.04.7100/RS em setembro de 2022, pleiteando o direito à dedução em dobro das despesas com o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador no cálculo do lucro real, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.321/76. Em dezembro de 2024, transitou em julgado a decisão favorável à Companhia autorizando a dedução deste benefício, o que resultou num montante de IRPJ a recuperar de R$ 963, que atualizado para 31 de dezembro totalizou R$ 1.233, considerando o recálculo retroativo ao ano de 2018.

(b) Vide Nota Explicativa nº 2.6.

6. Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral

a. Valores a receber de correspondentes

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Valores a receber de correspondentes	**40.548**	32.206
(-) Provisão para perda no recebimento de créditos	**(37.980)**	(31.262)
Total	**2.568**	944

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País - Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que a instituição tinha a receber de correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, seja por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos.

Movimentação das provisões para perda	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	**31.262**	25.179
Provisão / (reversão)	**25.002**	19.437
Baixas para prejuízo	**(18.394)**	(13.695)
Recuperação de prejuízo	**110**	341
Saldo no final do exercício	**37.980**	31.262

b. Valores a receber de procedimento arbitral

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Contingências trabalhistas – Procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 11 d)	**3.546**	5.317
Reembolsos – Procedimento arbitral	**1.676**	1.609
Total	**5.222**	6.926
Circulante	**2.693**	1.852
Não circulante	**2.529**	5.074

7. Investimento em controlada

A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	**% de participação**	**Saldo inicial**	**Resultado da equivalência**	**Dividendos distribuídos**	**Dividendos provisionados**	**Saldo final**
Ano 2025	**100%**	**1.465**	**940**	**(499)**	**(98)**	**1.808**
Ano 2024	100%	1.249	525	(184)	(125)	1.465

8. Imobilizado e intangível

	Controladora e Consolidado			
Imobilizado	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Móveis e Equipamentos**	**Equipamentos de informática e outros**	**Total**
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2024	**3.316**	**1.446**	**2.165**	**6.927**
Movimentações no exercício				
Aquisições	327	103	625	1.055
Alienações – Baixa Custo	(78)	(883)	(1.075)	(2.036)
Alienações – Baixa Depreciação	76	861	1.060	1.997
Depreciação	(397)	(185)	(1.229)	(1.811)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2024	**(72)**	**(104)**	**(619)**	**(795)**
Custo	5.575	2.419	9.581	17.575
Depreciação acumulada	(2.331)	(1.077)	(8.035)	(11.443)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	**3.244**	**1.342**	**1.546**	**6.132**
Movimentações no exercício				
Aquisições	170	10	80	260
Reclassificações	(48)	48	-	-
Alienações – Baixa Custo	(1.441)	(593)	(1.444)	(3.478)
Alienações – Baixa Depreciação	848	303	1.417	2.568
Depreciação	(401)	(180)	(775)	(1.356)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2025	**(872)**	**(412)**	**(722)**	**(2.006)**
Custo (*)	4.256	1.884	8.217	14.357
Depreciação acumulada (*)	(1.884)	(954)	(7.393)	(10.231)
Impairment (**)	(768)	-	-	(768)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	**1.604**	**930**	**824**	**3.358**
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

	Controladora e Consolidado		
Intangível	**Marcas**	***Softwares***	**Total**
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2024	**26**	**12.934**	**12.960**
Movimentações no exercício			
Aquisições (*)	9	6.247	6.256
Alienações – Baixa Custo	-	(287)	(287)
Alienações – Baixa Depreciação	-	287	287
Amortização	-	(6.282)	(6.282)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2024	**9**	**(35)**	**(26)**
Custo	35	37.232	37.267
Amortização acumulada	-	(24.333)	(24.333)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024.	**35**	**12.899**	**12.934**
Movimentações no exercício			
Aquisições (*)	-	3.431	3.431
Alienações – Baixa Custo	-	(66)	(66)
Alienações – Baixa Depreciação	-	66	66
Amortização	-	(6.147)	(6.147)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2025	**-**	**(2.716)**	**(2.716)**
Custo	35	40.597	40.632
Amortização acumulada	-	(30.414)	(30.414)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2025.	**35**	**10.183**	**10.218**
Taxas anuais médias de amortização	-	33%	

(*) A sociedade controlada apresenta um saldo de R$ 6 registrado no grupo de marcas e patentes. Considerando o baixo valor, a composição do ativo intangível está sendo apresentada de forma consolidada.

(**) O *impairment* de benfeitorias em imóveis de terceiros refere-se ao saldo residual de investimentos realizados em imóvel alugado, para o qual a Administração decidiu pela rescisão do contrato de locação que se concretizará no início do ano de 2026.

9. Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	**2025**	2024
Imposto de renda	**-**	-	**19**	16
Contribuição social	**-**	-	**10**	9
Encargos sociais	**1.377**	1.610	**1.378**	1.614
PIS/COFINS	**1.204**	1.326	**1.205**	1.328
ISSQN	**629**	693	**631**	697
Outros tributos	**647**	765	**647**	765
Total	**3.857**	4.394	**3.890**	4.429

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1 Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Provisão para perdas no recebimento de crédito	**37.980**	31.262
Provisão para perdas estimadas decorrentes de testes de recuperabilidade	**768**	-
Provisão para despesas gerais e administrativas	**8.890**	8.704
Provisão para indenizações contratuais	**13.745**	13.663
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	**6.735**	5.039
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis	**68.118**	58.668
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre provisões temporárias	**23.160**	19.947
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	**534**	228
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	**534**	228
Alíquota da contribuição social	**9%**	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	**48**	20
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	**23.208**	**19.967**

10.2 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Exercício de 2025	**-**	2.992
Exercício de 2026	**7.882**	2.507
Exercício de 2027	**5.878**	5.816
Exercício de 2028	**4.155**	5.139
Exercício de 2029	**3.192**	3.513
Exercício de 2030	**2.101**	-
Total	**23.208**	19.967

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas de crédito esperadas e provisões para passivos contingentes.

10.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2025	2024
Resultado antes da tributação	**21.493**	29.872
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Despesas de tributos à alíquota nominal	**(7.307)**	(10.156)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:		
Reversão/(Despesas) indedutíveis permanentes	**377**	(1.470)
Despesas indedutíveis de IR, dedutíveis de CSLL	**(100)**	(54)
Receitas não tributáveis	**497**	419
Resultado de participações societárias	**320**	178
Incentivo da Lei do Bem	**943**	1.608
Incentivos fiscais (PAT)	**241**	330
Patrocínios e doações	**264**	445
Imposto de renda calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	**24**	24
Recálculo retroativo de IRPJ/CSLL de 2022, 2023 e 2024	**720**	-
Total do IR e CSLL no resultado	**(4.021)**	(8.676)
Corrente	**(7.262)**	(10.685)
Diferido	**3.241**	2.009

	Controlada	
	2025	2024
Receita Bruta	**1.395**	1.042
Base de cálculo presumida - 32%	**446**	333
Demais receitas	**219**	131
Base de cálculo de IR e CSLL	**665**	464
Contribuição social - 9%	**(60)**	(42)
Imposto de renda - 15%	**(100)**	(70)
Adicional de imposto de renda - 10%	**(42)**	(22)
Total do IR e da CSLL no resultado	**(202)**	(134)
Corrente	**(202)**	(134)

	Consolidado	
	2025	2024
Total do IR e CSLL no resultado	**(4.223)**	(8.810)
Corrente	**(7.464)**	(10.819)
Diferido	**3.241**	2.009

11. Provisão para contingências

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. A Companhia provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável e a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

Consolidado 2025	**Trabalhistas (a)**	**Cíveis (b)**	**Fiscais (c)**	**Total**	**Trabalhistas Processo Arbitral (d)**
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**4.874**	**164**	**577**	**5.615**	**5.317**
Constituição e Atualização Monetária	2.833	393	-	3.226	971
Reversão da Provisão	(285)	(19)	(476)	(780)	(957)
Baixas por Pagamento	(1.089)	(136)	-	(1.225)	(1.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.333**	**402**	**101**	**6.836**	**3.546**
Circulante	1.066	-	101	1.167	1.305
Não circulante	5.267	402	-	5.669	2.241
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2025 - Risco Provável	2.157	39			
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2025 - Risco Possível e Remoto	549	-			

Consolidado 2024	**Trabalhistas (a)**	**Cíveis (b)**	**Fiscais (c)**	**Total**	**Trabalhistas Processo Arbitral (d)**
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**5.963**	**122**	**577**	**6.662**	**6.565**
Constituição e Atualização Monetária	2.697	(41)	-	2.656	1.596
Reversão da Provisão	(2.247)	86	-	(2.161)	(1.049)
Baixas por Pagamento	(1.539)	(3)	-	(1.542)	(1.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.874**	**164**	**577**	**5.615**	**5.317**
Circulante	1.053	-	577	1.630	1.852
Não circulante	3.821	164	-	3.985	3.465
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2024 - Risco Provável	2.322				
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2024 - Risco Possível e Remoto	487				

(a) Trabalhistas: referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem ser devidos no montante de R$ 9.879 em 31 dezembro de 2025 (R$ 10.191 em 31 de dezembro de 2024). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2025, somam R$ 2.157 (R$ 2.322 em 31 de dezembro de 2024). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda destes, conforme apresentada no Balanço Patrimonial. Deste montante, a Companhia registrou um contas a receber de R$ 3.546 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 5.317 em 31 de dezembro de 2024), na rubrica de "Valores a receber decorrentes de processo arbitral" (Nota Explicativa nº 6 b), tendo como base a sentença proferida no processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d). Existem ainda contingências trabalhistas com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R$ 17.550 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 13.569 em 31 de dezembro de 2024). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2025, somam R$ 94 (R$ 139 em 31 de dezembro de 2024) Esse montante está pulverizado em reclamantes solicitando a equiparação de condição de bancário e benefícios oriundos desse vínculo. A Administração não constituiu provisão para perda destes processos. Destacamos que as premissas utilizadas para segregar curto e longo prazo, tanto dos processos trabalhistas, quanto dos depósitos judiciais foram as seguintes:

• Curto prazo: foram considerados processos em fase de liquidação, execução ou execução provisória;

• Longo prazo: foram considerados processos em fase recursal, que aguardam julgamento na 2ª instância ou em Tribunais Superiores.

(b) Cíveis: referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual e, em alguns casos, cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos no montante de R$ 402 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 164 em 31 de dezembro 2024). Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R$ 3.954 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 3.544 em 31 de dezembro de 2024), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências.

(c) Fiscais: a Companhia constituiu provisão para não realização de incentivos fiscais relacionados à aplicação da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) no exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da provisão é de R$ 101 e deve ser revertida no período em que os projetos que formaram base para o benefício sejam homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Adicionalmente, a Companhia é parte em ação judicial de natureza fiscal movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através de Auto de Infração, que constituiu um crédito tributário de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS referente ao exercício de 2009, no montante de R$ 11.448 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 10.870 em 31 de dezembro de 2024), já considerando a multa de ofício de 75%. Entretanto, a Administração não constituiu provisão para perda desta ação judicial tendo em vista a classificação de risco definida pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como a sentença do processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d).

(d) Procedimento arbitral: Em 05 de agosto de 2019, foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela Câmara Arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais Acionistas (Nota Explicativa nº 11 a), e medidas acautelatórias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota Explicativa nº 11 c). Referente as medidas acautelatórias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral. Para suportar o risco tributário, o Banco Original S.A. forneceu Carta Fiança, à Justiça Federal do Distrito Federal no processo 1014299-86.2017.4.01.3400 no montante de R$ 11.448 (R$ 10.870 em 31 de dezembro de 2024). Para suportar os riscos trabalhistas, o Banco Original S.A. apresentou garantia no valor de R$ 5.200, atrelada à títulos públicos, conforme Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão de Comandos para Registro de Gravames e ônus firmado com o Banco Bradesco S.A. em 23/12/2024.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social e composição acionária - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 26.097, e está representado por 2.246.119 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2025 e 2024	
Acionistas	**Quantidade de ações**	**Participação**
AMCM Participações Ltda.	**792.215**	**35,2704%**
RSR Participações Societárias Ltda.	**333.091**	**14,8296%**
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	**1.120.813**	**49,9000%**
Total	**2.246.119**	**100,0000%**

12.2 Reservas - (a) Reserva legal: A Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social da Companhia preveem que, do lucro líquido do exercício, deverá ser destinado o montante de 5% para a conta de reserva legal, limitando o saldo desta conta a 20% do capital social. Em 2025 a Companhia não destinou valores para constituição da reserva legal, visto que o saldo da reserva já atingiu o limite de 20% do capital social. **(b) Reserva para investimentos:** Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 21 de março de 2024, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R$ 4.572 referente ao saldo remanescente de lucros do exercício de 2023. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 21 de março de 2025, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R$ 4.239, referente ao saldo remanescente de lucros do exercício de 2024. Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2025, foi destinado para distribuição de dividendos o montante de R$ 10.000, à conta das reservas de lucros para investimentos (Nota Explicativa nº 12.3). **(c) Reserva para contingências:** Em conformidade com o Estatuto Social, os Acionistas aprovaram, na Assembleia Geral Ordinária de 2024, a destinação de R$ 1.233 dos lucros disponíveis para constituição de reserva para contingências. A definição deste valor considerou as provisões relativas a contingências cíveis e trabalhistas registradas no balanço de 31 de dezembro de 2023, cujo risco de perda das ações foi classificado pela assessoria jurídica como "Provável". Na Assembleia Geral Ordinária de 2025, deliberou-se pela transferência do montante de R$ 1.046, oriundo do saldo das reservas para contingências, para a conta de reserva para investimentos, tendo como referência o saldo das contingências cíveis e trabalhistas provisionadas no balanço de 31 de dezembro de 2024. **(d) Lucros a disposição a Assembleia Geral:** Do resultado remanescente do exercício de 2024, no montante de R$ 9.196, foi destinado para a constituição de reserva para investimentos o montante de R$ 4.239, e o restante, no montante de R$ 4.957, foi destinado para a distribuição de dividendos, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 2025. Do resultado do exercício de 2025, R$ 7.691 foram destinados para o pagamento de dividendos com base no resultado intermediário do primeiro semestre, nos termos da legislação vigente e do Estatuto Social da Companhia (Nota Explicativa nº 12.3). O resultado remanescente do exercício de 2025 no valor de R$ 9.781 permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Ordinária. **12.3 Dividendos -** O Estatuto Social da Companhia prevê que às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. No ano de 2025 a Companhia distribuiu aos acionistas a título de dividendos o montante de R$ 11.110 (R$ 26.400 em 2024), conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Destinação do resultado do exercício anterior	**4.957**	14.400
Dividendos intermediários semestrais	**6.153**	12.000
Total	**11.110**	26.400

Em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2025, os Acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 1.538 à conta do lucro líquido apurado no primeiro semestre, deduzido do montante já deliberado e pago conforme Assembleia Geral Extraordinária de 10 de setembro de 2025. Conforme deliberação dos Acionistas e com base na Lei nº 15.270/2025, este montante será pago em parcela única no dia 31 de março de 2026. Neste mesmo ato, os Acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no montante de R$ 10.000 à conta das reservas de lucros para investimentos. Conforme deliberação dos Acionistas e com base na Lei nº 15.270/2025, este montante será pago em duas parcelas, sendo: R$ 5.000 no dia 30 de setembro de 2026 e R$ 5.000 no dia 30 de setembro de 2027. No exercício de 2025, não foram constituídas provisões adicionais para pagamento de dividendos, uma vez que a distribuição de dividendos intermediários referentes ao primeiro semestre excedeu o percentual de 25% estabelecido como mínimo obrigatório pelo Estatuto Social.

continua >>>

BemPromotora

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A. - CNPJ 10.397.031/0001-81 | NIRE 43300054985 Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar - Porto Alegre/RS

>>> continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais)

13. Receita operacional líquida

Descrição	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional bruta	**159.959**	172.429	**161.354**	173.471
Serviços de gestão da produção	**147.959**	159.380	**147.959**	159.380
Comissão de intermediação	**6.615**	9.356	**6.615**	9.356
Serviços de processamento e armazenamento de dados	**4.833**	3.534	**4.833**	3.534
Serviços de desenvolvimento de sistemas	**306**	-	**306**	-
Agenciamento e corretagem de seguros e capitalização	**246**	154	**1.641**	1.196
Serviços de cobrança	**-**	5	**-**	5
Deduções da receita bruta	**(22.745)**	(24.537)	**(22.838)**	(24.606)
PIS sobre faturamento	**(2.636)**	(2.845)	**(2.645)**	(2.852)
COFINS sobre faturamento	**(12.143)**	(13.105)	**(12.185)**	(13.136)
ISSQN	**(7.966)**	(8.587)	**(8.008)**	(8.618)
Total receita líquida	**137.214**	147.892	**138.516**	148.865

14 . Despesas por natureza

Descrição	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Custo dos serviços prestados	**(39.353)**	(43.555)	**(39.393)**	(43.569)
Despesas gerais e administrativas	**(51.158)**	(56.184)	**(51.497)**	(56.626)
Impairment de ativos financeiros	**(6.718)**	(6.083)	**(6.718)**	(6.083)
Impairment de ativo imobilizado	**(768)**	-	**(768)**	-
Outras receitas e despesas operacionais	**(25.699)**	(18.264)	**(25.699)**	(18.252)
Total	**(123.696)**	(124.086)	**(124.075)**	(124.530)
Despesas de pessoal	**(50.623)**	(56.873)	**(50.684)**	(57.004)
Serviços de terceiros	**(5.980)**	(6.188)	**(6.027)**	(6.203)
TI e telecomunicações	**(19.645)**	(16.474)	**(19.645)**	(16.479)
Estrutura e consumo	**(1.105)**	(1.231)	**(1.105)**	(1.231)
Serviços e despesas de apoio	**(1.125)**	(2.782)	**(1.131)**	(2.786)
Conservação e manutenção	**(958)**	(1.252)	**(958)**	(1.252)
Despesas de marketing	**(2.044)**	(4.398)	**(2.058)**	(4.495)
Outras despesas administrativas	**(1.030)**	(1.356)	**(1.032)**	(1.371)
Depreciação e amortização	**(6.942)**	(8.011)	**(6.942)**	(8.012)
Depreciação direito de uso	**(1.355)**	(1.568)	**(1.355)**	(1.568)
Perdas na alienação e baixa de ativos imobilizados e intangíveis	**(893)**	(25)	**(893)**	(25)
Impairment de ativo imobilizado	**(768)**	-	**(768)**	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(6.718)**	(6.083)	**(6.718)**	(6.083)
Prejuízo com indenizações contratuais	**(7.880)**	(5.003)	**(7.880)**	(5.003)
(Provisão)/ Reversão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	**(1.697)**	1.047	**(1.697)**	1.047
Provisão para indenizações contratuais	**(82)**	(1.446)	**(82)**	(1.446)
Prejuízos de valores a receber de correspondentes	**(18.284)**	(13.354)	**(18.284)**	(13.354)
Ressarcimento de despesas - Processo Arbitral	**1.009**	1.699	**1.009**	1.699
Reversão/(Provisão) para não realização de beneficio fiscal	**2.135**	(2.140)	**2.135**	(2.140)
Recuperação de Indébito tributário	**9**	963	**9**	963
Outras receitas	**280**	389	**31**	213
Total	**(123.696)**	(124.086)	**(124.075)**	(124.530)

15. Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, que em 31 de dezembro de 2025, corresponde a 99,6% das receitas da Companhia (98,7% da receita consolidada). Atualmente, esses serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e Acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Adicionalmente, a Companhia também presta serviços de armazenamento e processamento de dados, os quais, até o momento, têm sido prestados exclusivamente a partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15.1. Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício originados nas operações com partes relacionadas, decorrem dessas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Essas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros. Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão sumariadas a seguir:

15.1 Saldos e transações com empresas ligadas

Controladora	Ativos e Passivos: Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Resultado: Receitas / Despesas financeiras	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo com indeniz. contratuais	Ressarcimento de despesas	Despesas com alugueis	Benefícios de curto prazo
2025											
Pessoas jurídicas											
AMCM Participações Ltda	**-**	**-**	**-**	**(4.070)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RSR Participações Societárias Ltda	**-**	**-**	**-**	**(1.711)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	**676**	**15.280**	**53**	**(5.757)**	**(13.745)**	**2.526**	**159.709**	**(7.880)**	**-**	**(34)**	**-**
Bem Corretora de Seguros S.A.	**-**	**-**	**-**	**223**	**10**	**-**	**-**	**-**	**256**	**-**	**-**
Fundação Banrisul de Seguridade Social	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4**	**-**	**-**	**-**	**-**
Pessoas físicas											
Pessoal-chave da administração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.174)**
Total	**676**	**15.280**	**53**	**(11.315)**	**(13.735)**	**2.526**	**159.713**	**(7.880)**	**256**	**(34)**	**(5.174)**
2024											
Pessoas jurídicas											
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.409	9.241	371	-	(13.674)	1.811	172.239	(5.003)	-	(137)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	125	13	-	-	-	189	-	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	37	-	-	-	-
Pessoas físicas											
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.370)
Total	1.409	9.241	371	125	(13.661)	1.811	172.276	(5.003)	189	(137)	(7.370)

Consolidado	Ativos e Passivos: Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Resultado: Receitas/ Despesas financeiras	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo com indeniz. contratuais	Despesa com alugueis	Benefícios de curto prazo
2025										
Pessoas jurídicas										
AMCM Participações Ltda	**-**	**-**	**-**	**(4.070)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RSR Participações Societárias Ltda	**-**	**-**	**-**	**(1.711)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	**849**	**16.108**	**53**	**(5.757)**	**(13.745)**	**2.618**	**159.709**	**(7.880)**	**(34)**	**-**
Fundação Banrisul de Seguridade Social	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4**	**-**	**-**	**-**
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.219)**
Total	**849**	**16.108**	**53**	**(11.538)**	**(13.745)**	**2.618**	**159.713**	**(7.880)**	**(34)**	**(5.219)**
2024										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.504	9.770	371	-	(13.674)	1.855	172.239	(5.003)	(137)	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	37	-	-	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.409)
Total	1.504	9.770	371	-	(13.674)	1.855	172.276	(5.003)	(137)	(7.409)

15.2 Provisão para indenizações contratuais - O contrato particular de Prestação de Serviços de Correspondente - Master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banco pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou que apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 13.745 (R$ 13.663 em 31 de dezembro de 2024).

Provisão para indenizações contratuais	Saldo no início do exercício	(+) Adições/ Reversões	(-) Pagamentos /Recuperações	Saldo no final do exercício
Ano 2025	**13.663**	**7.962**	**(7.880)**	**13.745**
Ano 2024	12.217	6.715	(5.269)	13.663

15.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Em 2025 e 2024, foram pagos os seguintes valores:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Membros da Administração – remuneração	**4.094**	5.960	**4.131**	5.992
Conselho Fiscal - remuneração	**261**	261	**261**	261
Contribuição Previdenciária	**819**	1.149	**827**	1.156
Total	**5.174**	7.370	**5.219**	7.409

16. Instrumentos financeiros

16.1 Risco de crédito - ***Exposição ao risco de crédito*** **-** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas era:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Caixa e equivalentes de caixa	**1.198**	1.960	**1.412**	2.139
Aplicações financeiras	**41.077**	35.488	**42.857**	36.857
Valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6 a)	**40.548**	32.206	**40.548**	32.206
Contas a receber	**7**	15	**31**	68
Total	**82.830**	69.669	**84.848**	71.270

Os riscos de crédito são gerenciados pela Administração, estando a avaliação destes riscos sujeita a procedimentos, controles e políticas estabelecidos pela Companhia em relação a esses riscos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 uma provisão estimada para perda de crédito esperadas no montante de R$ 37.980 (R$ 31.262 em 31 de dezembro de 2024), referente aos valores a receber de correspondentes.

16.2 Risco de liquidez - A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual (*)	12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses
2025					
Passivos financeiros não derivativos					
Obrigações com fornecedores	2.332	2.332	2.332	-	-
Provisão para indenizações contratuais	13.745	13.745	13.745	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo	845	890	760	90	40
Total	**16.922**	**16.967**	**16.837**	**90**	**40**

Consolidado	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual (*)	12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses
2025					
Passivos financeiros não derivativos					
Obrigações com fornecedores	2.341	2.341	2.341	-	-
Provisão para indenizações contratuais.	13.745	13.745	13.745	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo	845	890	760	90	40
Total	**16.931**	**16.976**	**16.846**	**90**	**40**

(*)Total dos fluxos de caixa futuros considerando os juros futuros, quando aplicável.

Para mitigar os riscos de liquidez a Companhia possui política de gerenciamento de caixa mínimo, e espera, na estimativa de 12 (doze) meses, que tenha recursos suficientes para fazer as liquidações dos passivos financeiros.

16.3 Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Ao final do período do relatório, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Companhia era:

Ativos financeiros	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Caixa e equivalentes de caixa	**1.198**	1.960	**1.412**	2.139
Aplicações financeiras	**41.077**	35.488	**42.857**	36.857
Total de ativos financeiros	**42.275**	37.448	**44.269**	38.996

16.4 Análise de sensibilidade dos instrumentos de taxa variável - Uma alteração de 25 pontos base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o lucro do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

	Lucro do exercício 25 pb aumento	Lucro do exercício 25 pb diminuição	Patrimônio líquido 25 pb aumento	Patrimônio líquido 25 pb diminuição
Aplicações financeiras	1.536	(1.536)	1.536	(1.536)
Resultado líquido	**1.536**	**(1.536)**	**1.536**	**(1.536)**

Valor justo - O valor justo dos ativos e passivos financeiros é considerado equivalente ao valor contábil.

17. Gerenciamento de Riscos Operacionais

A Companhia revisa periodicamente o mapeamento dos riscos operacionais atribuídos aos seus principais processos. Neste mapeamento, são identificados pontos de controle já existentes e outros pontos de controle a serem implementados, que colaboram com a mitigação dos riscos relacionados a cada processo. Para acompanhar a implementação e a manutenção destes pontos de controle, a Companhia estruturou procedimentos internos e um comitê que se reúne periodicamente, reportando os resultados deste trabalho à Diretoria e ao Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

Artur José de Lemos Júnior – **Presidente**
Claudio Matone – **Conselheiro**
Ricardo Russowsky – **Conselheiro**
Daniel Matone – **Conselheiro**
Pricilla Maria Santana – **Conselheira**

Diretoria

Claudio Matone – **Diretor Presidente**
Bruno Fronza – **Diretor Administrativo e Financeiro**
Ricardo Padoin Nenê – **Diretor de Tecnologia**

Contador

Ronaldo Maciel de Ávila Junior – **CRC/RS 074.550/O-2**

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes e nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações financeiras estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e recomendamos sua aprovação.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

Mauro Renato Flores – Presidente
Luiz Alcides Capoani - Conselheiro
Maria Ester Rodrigues Gazalle - Conselheira

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Bem Promotora"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Bem Promotora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase -** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve as características, volumes e condições em que as operações foram firmadas entre a Bem Promotora e suas partes relacionadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor -** A Administração da Bem Promotora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Bem Promotora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Bem Promotora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Bem Promotora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Bem Promotora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Bem Promotora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Bem Promotora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

JOÃO PAULO STELLFELD PASSOS
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7